



**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

## O BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE IJUÍ E SUA COMPREENSÃO A PARTIR DOS BENEFICIÁRIOS<sup>1</sup>

**Darlan Machado Santos<sup>2</sup>; Darcisio Corrêa<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Dissertação de conclusão do curso de Mestrado em Desenvolvimento, linha de pesquisa: Direito, cidadania e desenvolvimento. O Programa Bolsa Família como Política Pública de Desenvolvimento no município de Ijuí. Bolsista do Capes

<sup>2</sup> Aluno do Curso de Mestrado em Desenvolvimento; linha pesquisa Desenvolvimento, Cidadania e Direito da Unijuí. Bolsista da Capes. Advogado especialista em Direito Privado. [darlanadvo@hotmail.com](mailto:darlanadvo@hotmail.com)

<sup>3</sup> Orientador, doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Departamento de Estudos Jurídicos da UNIJUI, professor da linha de pesquisa Direito, Cidadania e Desenvolvimento da UNIJUI, e professor do Instituto Cenecista de Ensino Superior Ângelo (Iesa). [dcorrea@unijui.tche.br](mailto:dcorrea@unijui.tche.br)

### Resumo

Aborda parte da pesquisa realizada a campo no ano de 2010, do Programa Bolsa Família na cidade Ijuí. Os dados estão classificados por argumentos desprendidos a partir da compreensão dos beneficiários e sua opinião a respeito do programa e o destino dado à renda transferida.

**Palavras chaves:** Programa Bolsa Família, Beneficiários

### Introdução:

O PBF tem como objetivo, ao transferir renda complementar, favorecer melhores condições de sobrevivência. A política pública gestada pelos governantes de forma descentralizada entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios representa uma inovação ao compartilhar objetivos comuns em viabilizar um canal de maior acesso aos direitos sociais. Os aspectos históricos da economia, da política e da sociedade expressam na transferência de renda uma possibilidade real de redistribuir as riquezas produzidas no Brasil. O PBF tem relevante papel para sua consolidação. Inicialmente, se destaca que dentre seus objetivos está o fundamento estratégico de uma política pública para enfrentar a pobreza, por meio da transferência direta de renda.

### Metodologia

O roteiro da pesquisa buscou compreender a importância do Bolsa Família para as famílias beneficiárias. Foi possível manter um contato direto com a realidade dos beneficiários e de sua composição socioeconômica, além de uma percepção de sua localização geográfica dentro do município. Nesse caso, o roteiro desenvolvido para pesquisa facilitou a obtenção da abstração do conhecimento que orienta o processo de pensar e de agir e sugerir as alternativas capazes de permear esta discussão, produzindo significado e significantes desta





**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

política pública como elemento capaz de oportunizar a inclusão e a cidadania junto a seus beneficiários.

Os entrevistados desta pesquisa aplicada, no que diz respeito ao seu objeto, foram os beneficiários do Bolsa Família que possuem uma renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo mensal, residentes e domiciliados na cidade de Ijuí/RS. Atualmente, existem 10.000 (dez mil) inscritos junto ao MDS e nos cadastros da Secretaria de Ação Social, dos quais são beneficiários do PBF 4.398 (abril/2009). O grupo familiar é composto em média de três a quatro pessoas, sendo apenas um o titular do Bolsa Família. Os números apontados não são exaltados, pois a cada mês ingressam novos e saem velhos beneficiários em razão das condicionalidades impostas pelo programa.

### **Resultado e discussão:**

Na sociedade capitalista, especialmente, as seguranças sociais direcionadas a distribuir recursos materiais se tornam necessárias para assegurar alguns direitos, entre eles o direito à vida, a dignidade humana, o acesso aos direitos e deveres da nacionalidade e da cidadania. Sua importância está em firmar núcleos indispensáveis na proteção social da saúde, da educação, da previdência, do trabalho e emprego e da assistência Social. Tais políticas sociais funcionam como um canal de acesso aos seus direitos sociais por parte da educação, pois asseguram e conduzem a um maior alcance na proteção social da vida.

A exclusão social passou a ser alvo das políticas públicas, pois a desigualdade social produzida ao longo da história do Brasil produziu milhares de famintos e indigentes. O quadro de desigualdade social no Brasil é um desafio incomensurável. O crescimento da desigualdade nos últimos anos e a exagerada concentração de renda no país compôs um cenário de profunda violência institucional, decorrente da convivência entre os que têm e os que nada têm, ou seja, de um lado o luxo e de outro a miséria, o que acaba dando sinais de que algo precisa ser feito.

Na crítica de Demo (2001), tal assistência, apesar de constituir um direito fundamental para a cidadania, não produz cidadania por se restringir apenas ao auxílio material, que conduz à sobrevivência, sendo apenas a porta de entrada para outras políticas sociais. Inobstante, destaca que não há antagonismo entre o termo assistência e emancipação; a razão está na dialética dos resultados a serem produzidos com a transferência de renda. Pode haver a dependência quando tal transferência for utilizada sem critérios, de modo indeterminado, mas também pode ser um instrumento de auxílio, sem gerar dependência, para um caminho que leve à emancipação geradora de cidadania.

Nos objetivos específicos da pesquisa realizada estão as principais dificuldades no processo de redistribuição de renda, considerando o critério de concessão, fiscalização e manutenção do benefício. Uma das reclamações do PBF que aparecem nas respostas abertas dos entrevistados está no critério de concessão e na falta de maior fiscalização por parte do município em que os critérios na fase de seleção mostram falta clareza do funcionamento do programa. As reclamações do Programa Bolsa Família. Classificação das respostas por argumento sintetizador de opinião.





**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa



**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

<b>QIII7_RECLAMAÇÃO</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
ESTÁ ÓTIMO	109	84,5
VALOR BAIXO	12	9,3
CRITÉRIOS DESCUIDADOS	10	7,8
FALTA CLAREZA FUNCIONAMENTO	10	7,8
NÃO SUPRE NECESSIDADES	9	7,0
BF CONTRIBUI	4	3,1
NÃO ATENDE DIREITO	3	2,3
ACOMODAÇÃO	3	2,3
PERDA DO BENEFÍCIO	2	1,6

Fonte: Pesquisa de Campo: **SANTOS, D, M, Orientador: CORREA, D,**

A falta de clareza em algumas das informações prestadas aos beneficiários não decorre apenas do programa, mas de seus próprios agentes, na hora do cadastro e do recadastro. Apareceu na pesquisa reclamações dos próprios beneficiários para checarem as informações, e sugeriram que as famílias fossem visitadas com essa finalidade de manter um contato mais direto com sua realidade. Essas afirmações analisadas mostram a necessidade de aproximação maior do poder local, reivindicada pelos próprios beneficiários, o que possibilita que haja um canal maior de integração entre o poder público municipal e sua própria realidade local.

A superação da exclusão social pressupõe conter os antigos questionamentos críticos. Parece claro que as políticas estratégicas, quando protagonizadas para um cenário inverso ao de acumulação e voltadas para a distribuição de uma renda mínima prevista em lei, ainda que mínima, se tiverem caráter de redistribuição serão cruciais no acesso ao direito de sobrevivência, muito embora, para Demo (2003), para erradicar a pobreza se faça necessário cessar a marginalização dos seres humanos e afastar as cruéis e duras desigualdades sociais e regionais.

A possibilidade de escolha pode ser comprovada pela pesquisa aplicada através dos significados e significantes sociais. A percepção de ter atingido uma colocação no mercado de trabalho, o que torna dispensável a transferência pelo PBF, caracteriza este auxílio como temporário na esteira assistencial. Portanto, ao utilizar essa complementação de renda para impulsionar a educação dos filhos, ou até mesmo durante o período em que deixa de auferir renda pelo trabalho ou pela falta de qualificação profissional, é uma prática que deve ser experimentada e vivenciada por meio de um poder de escolher fazer do programa uma porta de saída ou de reprodução da exclusão social.

A visão dos beneficiários do PBF em Ijuí é percebida pelas opiniões emitidas a respeito do programa, com as sugestões colhidas nas questões abertas. O programa possibilitou a discussão a respeito do próprio PBF, em que seus beneficiários desprendem um olhar crítico a respeito de sua própria condição social quando afirmam que a mulher precisa





**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

aumentar sua qualificação, afirmando, além disso, que, apesar de suas condições sociais, não devem ser humilhados no atendimento na hora do cadastro e recadastro no programa.

Com relação à análise das questões abertas, as quais sofreram a classificação múltipla como sintetizadores de opinião dos entrevistados, o gráfico abaixo representa amostra relativa à questão do gasto realizado com o valor percebido pelo benefício do PBF.



Gráfico 2: Gastos realizados com o benefício do Bolsa Família

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A educação é um dos grandes desafios para gerar sustentabilidade, pois favorece a inclusão de renda. As condicionalidades do PBF prevêem o acompanhamento na frequência, desempenho e permanência nas escolas como um dos requisitos indispensáveis para obtenção e manutenção do benefício. Apesar disso, os dados trazidos pela pesquisa mostram índices ainda inexpressivos em relação ao grau de escolaridade dos beneficiários do PBF, o que é justificado pela descrença e pela resistência em aceitar a educação como um mecanismo de emancipação.

A prioridade dada em manter matriculados os filhos dos beneficiários é um dos obstáculos do programa. A percepção dos beneficiários inicialmente é a de ser contemplado mensalmente com a renda com o objetivo de suplantar as necessidades mais prementes de subsistência de sua família. A transferência de renda como uma das fontes de subsistência sugere também a transposição da necessidade material e correlatamente implica na superação gradativa da estima baixa, criando um espaço de pertencimento social e de acesso aos direitos de cidadania. Esse processo de inclusão do PBF busca disciplinar as condições de acesso à renda, por meio da educação e da moralização da política crítica e social.



**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

Concretizar a educação como uma ferramenta de habilidades que produz mudança e capacidades cria um espaço social desejável. Para Schwartzman (2004), a educação é um importante caminho do crescimento social e também de reprodução e convalidação das desigualdades sociais. A segunda posição, em que a educação adquire e reproduz a condição social com base na desigualdade, ocorre quando a educação ocupa uma condição de expansão relativa ao seu alcance nas oportunidades de trabalho.

A relação que tem a educação como um correlato da desigualdade de renda no Brasil reside em sua própria mobilidade, pois a mesma mobilidade social trazida pela educação traz a realidade advinda da origem social de cada um. A condição econômica que há em determinada parte define o acesso a uma melhor ou pior qualificação, o que irá permitir um maior ou menor acesso ao mercado de trabalho. Segundo o autor,

estudos sobre a composição social dos estudantes de nível superior mostram que, embora a proporção de filhos de classes médias e altas seja relativamente elevada, existem muitas também que vêm da origem, de origem social mais humilde e têm pais com pouca ou nenhuma educação. No entanto, a relativa estagnação econômica no Brasil nos últimos anos tem mostrado o seu outro lado, com um mercado de trabalho que não se expande, mas aparentemente, aumenta cada vez mais as exigências formais de qualificação, para os trabalhadores. (SCHWARTZMAN, 2004, p. 43).

Muito ainda há que se avançar em termos de melhores condições de habitação e saneamento básico para as famílias beneficiárias do PBF em Ijuí. A identificação do local da moradia dos entrevistados é, talvez, a marca mais contundente e ao mesmo tempo invisível aos olhos da sociedade. Essa realidade pode ser descrita e percebida de várias formas, embora o sentimento seja o mesmo: abandono, exclusão e fome. Em uma sociedade capitalista esse retrato social é percebido com os dados coletados na pesquisa de bens de consumo e moradia dos entrevistados, que coloca em evidência que o ponto inicial desta discussão não parte da realidade de alguns, mas dos muitos que encontram junto ao PBF uma realidade para sua sobrevivência.

## **Conclusão**

O alcance do PBF não é homogêneo para todas as famílias beneficiárias, mais provavelmente em relação às condicionantes do programa do que em relação ao seu cumprimento. Essa percepção parte de um olhar investigativo com base na amostra do valor percebido pelos beneficiários, que varia de acordo com o cumprimento das condicionalidades. Esse processo que condiciona a priorização da educação e da saúde para ser contemplado com a transferência de renda é em si um processo educativo, pois combina critérios e participação do grupo familiar em fornecer dados e mantê-los atualizados junto aos cadastros do Bolsa Família.

Essa relação dialética entre assistência e emancipação estabelece uma complexa interligação, uma vez que o processo emancipatório nasce de uma situação de desamparo em busca de uma autonomia. Nessa mesma lógica a assistência prestada também deve elevar sua





**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

condição em regra, capacitando para um novo bem-estar, diante de um mal-estar. Portanto, a transferência de renda pelo PBF não cria um estigma quando prioriza a educação e a saúde, mas interpõe um canal de acesso aos direitos sociais, não em caráter de doação, mas em caráter de condição.

## REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. Brincando de solidariedade: política social de primeira-dama. In:

\_\_\_\_\_. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social (MDS). **Desenvolvimento social**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2010.

SANTOS, Darlan Machado. **O bolsa família como política pública de desenvolvimento no município de Ijuí-RS**. Unijuí, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2001.